



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: 49017-3/01 – Comarca: Recife
Recorrente: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Advogado: Antônio José Dantas Correa Rabello
Recorrida: Pessoa de Melo Carneiro Ramos Ltda.
Advogada: Adeneuza Figueiredo
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. DUPLICATAS SEM ACEITE. AUSÊNCIA DE CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. FALTA DE PROVAS QUANTO A ENTREGA E RECEBIMENTO DE MERCADORIAS. IMPOSSIBILIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO. POSICIONAMENTO PACIFICADO NO STJ. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- Não restam dúvidas que a boa exegese do regramento legal insculpido no caput, do art.557, do CPC, conduz ao entendimento de que é permitido ao relator negar provimento, monocraticamente, a recurso manifestamente em confronto com a jurisprudência dominante de Tribunal Superior;
- A duplicata, sem aceite, devidamente protestada, deve vir acompanhada do comprovante de entrega e recebimento das mercadorias, portanto, não sendo apresentada tal documentação, o título apresentado não pode ser qualificado como certo, líquido e exigível, impossibilitando a autorização do procedimento executivo;
- Precedentes do STJ;
- Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo de nº 49017-3/01, onde figura como recorrente a **Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira Ltda.** e recorrida a empresa **Pessoa de Melo Carneiro Ramos Ltda.**

ACORDAM os Exm^{os}. Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **EM NEGAR PROVIMENTO** ao presente **RECURSO DE AGRAVO**, mantendo inalterada a decisão terminativa proferida na Apelação Cível de nº 49017-3, tudo em conformidade com o relatório e o voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife,

11/24/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator

244
15
/



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Recurso de Agravo: 49017-3/01 - Comarca: Recife
Recorrente: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Advogado: Antônio José Dantas Correa Rabello
Recorrida: Pessoa de Melo Carneiro Ramos Ltda.
Advogada: Adeneuza Figueiredo
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo, disposto no § 1º, do artigo 557 do Código de Processo Civil, interposto pela Companhia de Fiação e Tecidos Cedros e Cachoeira, através de seu bastante procurador, em face de **decisão terminativa** proferida, monocraticamente, por esta relatoria, nos autos da Apelação Cível de nº 49017-3, que negou provimento ao mesmo, vez que a duplicata, sem aceite, devidamente protestada, deve vir acompanhada do comprovante de entrega e recebimento das mercadorias, portanto, não sendo apresentada tal documentação, o título apresentado não pode ser qualificado como certo, líquido e exigível, impossibilitando a autorização do procedimento executivo.

Afirma a recorrente, que a decisão proferida pelo julgador monocrático tende a causar prejuízos irreparáveis a ela agravante, já que o protesto realizado não resulta em nenhum ilícito, visto ser praticado no exercício regular de um direito amplamente reconhecido, razão pela qual, não há de se falar em abalo de crédito por parte do agravante, visto que os valores devidos eram de seu total conhecimento.

Aduz ainda, que a agravada, apesar de alegar ter sofrido tal dano, em momento algum cuidou de apresentar qualquer prova do dano provocado pelo protesto dos títulos, além do mais, a jurisprudência é pacífica no entendimento de que não se pode falar em indenização quando o autor não comprova a existência de dano, e tal prova deve ser realizada na fase cognitiva, portanto, a sentença proferida deve ser tida como viciada, declarando-se tal nulidade.

Requer ao final, que seja exercido o juízo de retratação, e não sendo esse o entendimento, que seja levado o feito à mesa para julgamento, na primeira sessão subsequente desse Órgão Colegiado, com o fito de se resolver a questão da possibilidade de penhora do bem imóvel descrito, por não se qualificar como bem de família.

É o relatório.
Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Recurso de Agravo: 49017-3/01 - Comarca: Recife
Recorrente: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Advogado: Antônio José Dantas Correa Rabello
Recorrida: Pessoa de Melo Carneiro Ramos Ltda.
Advogada: Adeneuza Figueiredo
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Guido que o presente recurso de agravo visa a alteração da decisão que negou provimento a Apelação Cível de nº 49017-3, sob a alegativa de que o recurso estaria em desacordo com a jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, vez que a duplicata sem aceite, devidamente protestada, deve vir acompanhada do comprovante de entrega e recebimento das mercadorias, portanto, não sendo apresentada tal documentação, o título apresentado não pode ser qualificado como certo, líquido e exigível, impossibilitando a autorização do procedimento executivo.

Há de salientar, que a parte recorrente afirma que houve erro na sentença proferida em sede de 1º grau, vez que o decisório não está em consonância com a jurisprudência dominante, entretanto, após analisar o caso, não percebo qualquer tipo de vício, vez que o entendimento apresentado na celeuma combatida está em consonância com a jurisprudência brasileira, além do mais, o suposto prejuízo que pode ser causado a empresa autora não ficou configurado, ao revés, diante da ausência de certeza do título poderiam ser causados prejuízos irreparáveis a parte adversa.

Destaque-se que ficou comprovado a impossibilidade de se considerar a duplicata como título certo, líquido e exigível, já que não foi acostada a presente celeuma nenhum comprovante da entrega efetiva e do recebimento das mercadorias, o que impossibilita, dessa forma, a autorização do processo executivo. Transcrevo a seguir julgados do Colendo STJ para ratificar o posicionamento adotado:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARTIGOS 6º, § 1º, 7º, 8º e 13, § 1º, da Lei 5.474/68 E 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REVELIA. EFEITOS. OFENSA AO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA. DUPLICATA SEM ACEITE. COMPROVAÇÃO DE ENTREGA DA MERCADORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOCUMENTO HÁBIL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

247
18
2

I - Não se detecta qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão Recorrido, uma vez que a lide foi dirimida com a devida e suficiente fundamentação, apenas não se adotou a tese da recorrente.

II - O conteúdo normativo dos artigos 6º, § 1º, 7º, 8º e 13, § 1º, da Lei 5.474/68 e 333, I, do Código de Processo Civil, não foi objeto de análise pela decisão impugnada, não tendo o Agravante suscitado nos Embargos de Declaração interpostos, não servindo os referidos dispositivos de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal local. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos das Súmulas 282 e 356/ STF.

III - A presunção de veracidade dos fatos alegados em razão da revelia não é absoluta. O julgador pode, na busca da verdade real, determinar a produção das provas que julgar necessárias à elucidação da causa.

IV - Embora não apresentando a contestação no prazo legal, poderia o recorrido intervir no feito, em qualquer fase, até a prolação da sentença, apenas recebendo-o no estado em que se encontrar. Desta forma, cabível a juntada dos documentos.

V - A convicção a que chegou o Acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

VI - Esta Corte tem entendimento no sentido que a duplicata sem aceite, desde que acompanhadas dos comprovantes de entrega das mercadorias e das respectivas notas fiscais, constitui documento hábil, portanto, exigível. Precedentes.

VII - O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. Agravo improvido.

(Processo: AgRg no Ag 1088359/GO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO 2008/0187134-7; Relator: Ministro SIDNEI BENETI; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 28/04/2009; Data da Publicação/Fonte: DJe 11/05/2009).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA. AUSÊNCIA DE ACEITE. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SÚMULA 07/STJ.

1. O Recurso Especial, consoante cediço, não é servil ao exame de questões que demandam o revolvimento de cláusulas contratuais e do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice erigido pelas Súmulas 05 e 07/STJ.

2. In casu, a conclusão do Tribunal local, no sentido de que a Fatura-Duplicata, emitida pela Construtora, ora Recorrida, preenche os requisitos essenciais à sua validade, notadamente no que pertine à liquidez, certeza e exigibilidade, decorreu da análise do contexto fático-probatório encartado nos autos, notadamente das informações constantes do Relatório elaborado pela Secretaria de Infra Estrutura- SINFRA, nos autos do Processo Administrativo nº 0141/95, consoante se infere do voto-condutor do acórdão recorrido, verbis: "(...)Na espécie, ante a inopinada Rescisão, a Construtora recorrida buscou do Estado do Maranhão autorização para prosseguir a

248
29
L

obra, bem como receber os valores ditos devidos pelos trabalhos até então realizados, isto em 27.01.1995, apontados no total de R\$9.116.033,76 (nove milhões, cento e dezesseis mil, trinta e três reais e setenta e seis centavos) cujo órgão competente à época- SINFRA- constituíra Comissão para apurar o crédito, alcançando, pelos serviços, o valor de R\$7.135.712,00 (sete milhões, cento e trinta e cinco mil setecentos e doze reais). É que o Relatório Conclusivo da Secretaria de Infra Estrutura- SINFRA, (fls. 32/35 do Apenso processo de Execução) indica análise e Parecer, sobre a pretensão da Construtora no processo Administrativo nº 0141/95, submetido à análise superior. O Relatório indica aquele total (R\$7.135.712,00), onde aponta a certeza do valor da dívida até aquela data, em evidente confissão. Portanto, laborou corretamente a CONSTRUTORA ITAPOÃ, arrimada nas manifestações do Estado, por sua Procuradoria Geral do Estado e da Assessoria Jurídica da SINFRA, para, diante da ausência e providência administrativa para adimplir o suposto débito, emitir Fatura/Duplicata nº 01/99 para o pagamento do crédito, que, atualizado, ensejaria a monta de R\$11.395.205,54 (onze milhões trezentos e noventa e cinco mil duzentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), cobrados via Execução interposta pela CONSTRUTORA ITAPOÃ LTDA(...)" (grifo nosso)

3. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, ou para sanar erro material.

4. Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, porquanto obedecido o princípio do contraditório, para não conhecer do Recurso Especial, em razão do óbice erigido pela Súmula 07/STJ.

(Processo: EDcl no REsp 1014543/MA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2007/0291910-8; Relator: Ministro LUIZ FUX; Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento: 16/04/2009; Data da Publicação/ Fonte: DJe 21/05/2009).

Trago também à baila a decisão contestada, vazada nos seguintes termos:

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível interposta pela COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA, em face da sentença prolatada às fls. 94/96, a qual julgou procedente a AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE TÍTULO, CUMULADA COM MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTOS, proposta pela PESSOA DE MELO CARNEIRO RAMOS LTDA, declarando a nulidade de duplicatas protestadas e afastando da lide o Banco América do Sul S/A.

Inconformada, em suas razões recursais, fls.98/102, postula nulidade ou reforma in totum da sentença. Portanto, que seja decretada a validade de todos os títulos de créditos apontados as fls. 91.

Contra-razões às fls.106/109, pugnando pela manutenção da sentença e, conseqüentemente, pelo não provimento do apelo. É o Relatório. Decido.

Alega o apelante em suas razões recursais as fls.98/102 que as duplicatas extraídas não resultaram de nenhum ato ilícito, mencionado o art. 13 da lei nº 5.474/68.

249
20
2

A apelada afirma que houve mora na entrega das mercadorias, celebrado mediante contrato de aquisição de mercadorias. Mas através de acordo verbal estabeleceu com a apelante que o pagamento da primeira fatura com vencimento 29.12.96, seria paga em três vezes mensais a partir do dia 20.01.97, conforme fls.02.

A sentença emitida na primeira instância considerou o título de crédito imprestável para circulação no mundo do comércio, por estar eivado de nulidade.

A lei nº. 6458/77, que alterou o art. 15 da lei 5.474/68, estabeleceu de forma explícita que a duplicata sem aceite, ou triplicata, devidamente protestada e acompanhada do comprovante de entrega ou remessa de mercadoria são requisitos essenciais para cobrança do título protestado.

Art 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar:

I - omissa...

II - de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente:

a) haja sido protestada;

b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e... (grifo nosso)

c) omissa...

De fato ao manusear os autos não há nota fiscal ou qualquer tipo de recibo, incidindo portanto a jurisprudência deste Tribunal de Justiça, que assim já se manifestou:

"PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - TÍTULOS EXECUTIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SACADOS CONTRA O EMBARGANTE - AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANULAÇÃO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS OBJETOS DA DEMANDA - INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - REFORMA DA SENTENÇA MONOCRÁTICA - DECISÃO UNÂNIME". (Apelação Cível nº 83160-7, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, DJ: 03.06.2002).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - IMPRESTABILIDADE DO TÍTULO DIANTE DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DA MERCADORIA - ART.15, II, C, DA LEI Nº 5.474/68 - APELAÇÃO CÍVEL A QUE SE NEGOU PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME". (Apelação Cível nº 89471-9, Relator: Des. Antônio Martins, DJ: 23.03.2006).

"COMERCIAL - OBRIGAÇÃO RESULTANTE DE COMPRA, VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS - DUPLICATA SEM ACEITE - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA ENTREGA DE MERCADORIAS OU DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA." (Apelação Cível nº 35042-7, Relator: Des. Napoleão Tavares)

No mesmo sentido é o posicionamento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL DUPLICATA. AUSÊNCIA DE ACEITE. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

1. "É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública" (Súmula 279).

250
21
✓

2. A duplicata sem aceite reclama protesto e prova da prestação do serviço ou entrega de mercadoria para configurar título executivo extrajudicial, ante a ratio essendi da Súmula 248/STJ. Precedentes do STJ: REsp 448.627/GO, DJ 03.10.2005; REsp 770.403/RS, DJ 15.05.2006 e REsp 427.440/TO, DJ 16.12.2002).

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no REsp 898852 / SP, Relator: Min. Luiz FUX, Órgão Julgador: Primeira Turma, Data da Publicação: DJ 19/02/2009)

"FALÊNCIA DUPLICATA NÃO ACEITA. FALTA DE PROVA QUANTO À ENTREGA E RECEBIMENTO DA MERCADORIA.

- Não constitui título executivo extrajudicial, hábil a embasar o pedido de falência (art. 1º do Decreto-Lei nº 7.661, de 21.6.1945), a duplicata sem aceite, protestada, mas sem a prova da efetiva entrega da mercadoria.

- A conversão do julgamento em diligência é mera faculdade do julgador, que não está obrigado a suprir a prova que se encontra a cargo do litigante". (Resp. nº 195991/SP, Relator: Min. Barros Monteiro, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Publicação: DJ 10/03/2003 p. 220).

A duplicata, sem aceite, devidamente protestada deve vir acompanhada do comprovante de entrega e recebimento de mercadorias. O título apresentado pela apelante não está revestido com liquidez, certeza e exigibilidade de forma a autorizar o processo executivo.

Assim, não encontrando elementos capazes de justificar o acolhimento da pretensão recursal e estando o recurso em confronto com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal, assim como do Superior Tribunal de Justiça, NEGOU seguimento ao recurso, com fulcro no Art. 557 do CPC, mantendo inalterada a sentença recorrida.

Publique-se. Recife, 08/07/2009

DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO - RELATOR

No caso em tela fica evidente que a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica sobre o tema, destacando que é possível ao relator negar provimento monocrático a recurso totalmente contrário ao entendimento da jurisprudência de Tribunal Superior, principalmente quando se observa que não há que se falar em liquidez, certeza e exigibilidade da duplicata apresentada, já que não foram apresentados os comprovantes de entrega e recebimento das mercadorias.

Assim, não há razões para que seja modificada a decisão terminativa proferida na Apelação Cível de nº 49017-3, por ter ficado claro que o posicionamento do Colendo STJ é pacífico em relação ao tema, não se vislumbrando a exequibilidade do título apresentado.

Ante o exposto, voto pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, mantendo incólume a decisão proferida no Agravo de Instrumento de nº 49017-3.

É como voto.

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator